

O cotidiano dos meninos internados no Seminário de Santana na cidade de São Paulo (1825 – 1868)

The daily lives of hospitalized children in Santana Seminar in city of São Paulo (1825 – 1868)

SILVA, Robson Roberto da^{1*}

Resumo: Foi durante o século XIX que a questão da infância abandonada saiu do âmbito familiar e tornou-se uma questão pública na cidade de São Paulo. Assim, a iniciativa da Igreja Católica, da caridade da sociedade civil e do Governo Provincial foi fundada em 1825, conjuntamente com a Roda dos Expostos, o Seminário de Santana, um internato para meninos abandonados que, após o período da primeira infância, eram internados para sua devida educação. Nesse local, seria priorizada a instrução de um ofício, cuja utilização de seu trabalho em oficinas e fábricas seria incentivada e essas crianças foram recrutadas durante a Guerra do Paraguai como aprendizes no Arsenal da Marinha. Este artigo utilizou como fontes de pesquisa a documentação existente no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) composta de cartas, ofícios, relatórios, petições etc. na qual a trajetória de vida desses meninos pode ser visualizada na sua formação como cidadãos.

Palavras-chaves: Infância Abandonada. Internato. Educação. Aprendiz, Trabalho.

1 * Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis – SP (FCL), sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Lucia Helena de Oliveira Silva. Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina – PR (2008). Mestre em História Social (PPGHS) pela Universidade Estadual de Londrina – PR (2013). E-mail: rrs_1974@hotmail.com

Abstract: It was during the nineteenth century that the issue of abandoned children left the family circle and became a public issue in the city of São Paulo. Thus, through the initiative of the Catholic Church, charity civil society and the Provincial Government, in 1825 jointly with the Wheel Exposed, was established the Seminary of Santana, a boarding school for homeless boys, that after the period of early childhood, were interned for their proper education. There was prioritized the instruction of an occupation, where the work in factories will be encouraged, these children were recruited during the Paraguayan War as apprentices in Navy Yard. This article used researchs sources such as existing documentation in the Sao Paulo State Public Archives (APESP): cards, letters, reports, petitions, etc. where the life trajectories of these children can be viewed in their training as citizens.

Word-keys: Abandoned Childhood, Boarding school. Education. Apprentice. Work.

A situação social das crianças enjeitadas na cidade de São Paulo no início do século XIX

A cidade de São Paulo do início do século XIX ainda não era a metrópole urbana que a conhecemos atualmente; era uma vila provinciana com uma população de aproximadamente 20.000 habitantes e de pequena importância econômica, na época sendo apenas um entreposto comercial de rotas dos tropeiros transportando mercadorias que vinham da região Sul para o Rio de Janeiro, Minas e Nordeste. O cenário político e social da pequena vila paulista também eram bucólicos e vigorava uma sociedade fundamentada em laços de parentesco patriarcais. Contudo, apesar do tamanho diminuto de sua população urbana, a cidade de São Paulo possuía um dos maiores índices de abandono e exposição de crianças no Brasil daquela época. “[...], a taxa de exposição de crianças na cidade de São Paulo, no início do século XIX era das mais elevadas do Brasil. [...], contamos 3.468 batizados de expostos [...] 15,9% de todos os nascimentos livres do período” (MARCILIO, 1999, p. 63). A tabela abaixo mostra a porcentagem de expostos em São Paulo em comparação com outras cidades brasileira nos séculos XVIII – XIX (Tabela – 1).

Tabela 1 – Proporção de expostos nos nascimentos de crianças livres, em paróquias brasileiras (MARCÍLIO, 1999, p. 72)

Paróquias	Período	% de Expostos
Sé do Rio de Janeiro	1745 – 1746	21,1
Jacarepaguá – RJ	1760 – 1799	3,0
Pilar Vila Rica – MG	1768 – 1782	10,2
Sé de São Paulo	1741 – 1845	15,9
Nossa Senhora do Ó – SP	1805 – 1864	2,8
Sto. Amaro – SP	1760 – 1809	9,3
Ubatuba – SP	1785 – 1830	0,6
Sorocaba – SP	1761 – 1770	5,2
Lapa, Curitiba – PR	1770 – 1829	5,2

Esse fenômeno social é reflexo principalmente do estado de pauperismo que a maioria da população da cidade paulista vivenciava, com altíssimas taxas de *indigência*, *mendicância* e prostituição. Segundo a historiadora Laima Mesgravis:

A cidade devia abrigar, ainda, considerável número de indivíduos, mais ou menos marginalizados, dado o sistema escravocrata vigente que degradava o trabalho em geral. A inexistência de indústrias impedia a sua absorção e os

impelia a procurar trabalhos ocasionais. Quanto às mulheres, [...], quando não conseguiam manter-se mediante a prática de pequeno comércio de “quitandas”, só encontravam meios de subsistência na prostituição. De tão infeliz situação provinham as numerosas crianças abandonadas, ou expostas que, [...], formavam um quadro constrangedor na cidade de São Paulo, que se orgulhava do título de “Imperial” (MESGRAVIS, 1976, p. 102).

Mas, não foi somente o estado de pobreza extrema que explicava o aumento dos índices de rejeição infantil. Outro fator determinante era a desestruturação familiar. Numa sociedade patriarcal e conservadora como a do início do século XIX, o homem era senhor absoluto e a mulher sempre estava numa condição de inferioridade, nada o obrigava a permanecer conjugado a ela e aos seus filhos, por isso o espírito aventureiro dos homens fez aumentar o número de *concubinatos* em São Paulo. “Na época da Independência, sabia-se que quase 40% dos moradores da cidade eram mulheres sós, chefes de família, muitas delas concubinas e mães solteiras” (DIAS, 1995, p. 20). Laima Mesgravis (1976, p. 175) aponta as precariedades sociais sentidas pelas mulheres escravas, pobres e mestiças do século XIX:

Já nos referimos à exploração sexual da mulher de cor, índia e negra, pelo branco proprietário, propiciada e admitida pela escravidão, e que foi responsável pela multidão de bastardos. Mesmo quando livre, a mulher mestiça ou de cor não escapava dessa degradante exploração, uma vez que os costumes só a aceitavam como concubina temporária, numa união cuja duração dependia tão-somente do capricho do homem. Embora os cronistas da época se refiram ao desprezo das esposas legítimas em favor dessas concubinas, [...], não acreditamos que esses costumes resultassem em uniões definitivas com as mulheres de classe inferior ou de segurança para sua prole.

Nessas circunstâncias, as mulheres abandonadas pelos seus maridos tinham de encontrar alternativas de subsistência, muitas delas viram no comércio clandestino de alimentos nas ruas da capital paulista a sobrevivência de sua prole. “Branças pobres, escravas e forras faziam o comércio mais pobre e menos considerado que era o dos gêneros alimentícios, hortaliças, toucinho e fumo” (DIAS, 1995, p. 14). Porém, muitas caíram na prática da prostituição para sobreviverem. Assim, pauperismo e desestruturação familiar contribuíram para o aumento dos índices de abandono de crianças. O destino de muitos desses enjeitados era a adoção para outras famílias. “O costume de expor ou dar filhos para serem criados por outros era um derivativo do índice muito elevado de filhos ilegítimos, principalmente de filhas adolescentes, entre 12 a 16 anos, [...]” (DIAS, 1995, p. 142). O ato de entregar os filhos enjeitados nas casas de outras famílias correspondia à prática da caridade, comum nas sociedades patriarcais, em que a ajuda aos mais necessitados era incentivada pela Igreja Católica. “Há que considerar que a caridade cristã é uma tradição. Nenhuma criança encontrada na porta de uma casa deveria ser deixada sem cuidados” (MARCÍLIO, 1998, p. 137). Segundo Maria Luiza Marcílio vigorava na época em São Paulo a fase caritativa na *assistência* às crianças enjeitadas:

Do período colonial até meados do século XIX vigorou a fase que aqui denominaremos caritativa. O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista,

sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações — coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o status de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas (MARCÍLIO, 1998, p. 134).

Muitas mulheres em estado extremo de indignação, dominadas pelo desespero de não possuírem as condições mínimas para criá-los, entregavam seus filhos para parentes ou outras famílias. Contudo, muitas dessas crianças abandonadas eram encontradas mortas pelas ruas e becos da cidade paulistana. “Toda mulher que, no meio da noite, deixasse o filho recém-nascido em um terreno baldio estava expondo-o à morte, ao passo que os familiares, ao procurarem hospitais, conventos e domicílios dispostos a aceitar o pequerrucho, estavam tentando protegê-lo” (VENANCIO, 1999, p. 23). Cotidianamente, os passantes das ruas da capital encontravam os cadáveres dos recém-nascidos devorados pelos animais. “A descoberta a cada manhã de frágeis corpinhos mutilados, que serviam de ‘pasto a cães e outros bichos’, tornou-se sinônimo de barbárie” (VENANCIO, 1999, p. 24), as autoridades políticas e religiosas se escandalizavam com essas cenas, entretanto, pouco faziam para alterar esse quadro social. “Lubbock observou no Brasil dos princípios do século XIX grande negligência com relação ao bem-estar das crianças” (FREYRE, 2003, p. 450). Para a população mais pobre, a morte dessas criancinhas pouco as sensibilizava, pois para eles, a morte desses enjeitados era uma benção divina, eles virariam anjinhos e não mais sofreriam as agruras de uma vida cheia de privações. “A criança era tão insignificante, tão mal entrada na vida, que não se temia que após a morte ela voltasse para importunar os vivos” (ARIÈS, 1981, p. 22). A historiadora Laima Mesgravis descreve as cenas de recém-nascidos enjeitados depositados pelas ruas da capital paulista:

Até 1824 eram as crianças indesejáveis expostas nas portas das casas particulares, nos lugares públicos como igrejas e ruas, ou atiradas em monturos de lixo! O lugar preferido pelas mães ou parteiras eram as casas dos parentes e até dos seus próprios pais, ou de particulares conhecidos pela sua caridade. [...]. Mas acontecia, muitas vezes, que as crianças não eram recolhidas, ou então, quando atiradas em monturos de lixo, acabavam sendo devoradas por cães ou porcos. O primeiro a revelar interesse por esses infelizes inocentes foi o quarto bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, [...], sendo que, em frente à mesma casa deste prelado existia um cisqueiro e matos, onde era aí costume enjeitarem crianças... logo que havia choro de qualquer delas no mesmo lugar, [...] se apressava em mandar o seu criado buscá-las e, da janela, batizava a mesma criança, receando que os porcos ou outros animais, [...], a devorassem antes da chegada do mesmo criado (MESGRAVIS, 1976, p. 176 – 179).

Diante de tamanha calamidade social, com a iniciativa da Igreja Católica, juntamente com a sociedade civil e o governo provincial, foi inaugurado em 02 de Setembro de 1825, a Roda dos Expostos no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para o acolhimento de crianças enjeitadas. Nesse mesmo ano foram inaugurados também dois seminários: o da Nossa Senhora da Glória para as meninas

e o de Santana para os meninos. “O Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares” (RIZZINI E RIZZINI, 2004, p. 21). Segundo Maria Luiza Marcílio:

Após a aquisição da Chácara dos Ingleses, no largo da Rua da Glória, em 02 de setembro de 1825, ali se instalaram o Hospital de Caridade e a Roda dos Expostos. [...]. No mesmo ano, duas instituições complementares à assistência da Roda foram criadas: o Seminário da Glória, para meninas, e o de Santana, para meninos. Eram os seminários, escolas internas destinadas aos filhos de militares pobres e aos expostos da Misericórdia, que, ao deixarem a Santa Casa, depois dos sete anos, ali permaneciam até a maioridade ou até “tomar estado” (MARCÍLIO, 1998, p. 156).

A regulamentação dessas instituições, como suas respectivas normas, obrigações e deveres estão expressos na Lei Provincial n. 02 publicada em 02 de Fevereiro de 1836:

Art. 110. - Esta irmandade tem obrigação de manter as casas dos expostos, do hospital da pobreza, e dos lázaros, por ela mesmas estabelecidas, e as fará administrar na forma prescrita em seus respectivos regimentos. Poderá com tudo a junta ampliar, ou restringir alguma cousa, que parecer conveniente, unicamente na parte do regimento interno, visto que o estado das rendas destinadas a cada um destes estabelecimentos de caridade, é quem devo dar a lei para a restrição ou ampliação.

Art. 111. - Tendo os meninos e meninas de passar em idade competente para os seminários desta cidade eretos a custa do governo, onde receberão a competente educação, é também do dever da santa casa zelar da existência, e progressos dos referidos seminários, quando felizes circunstancias lhe permitirem aplicar para ali algumas esmolas, sem desfalque dos estabelecimentos, cujo cuidado imediatamente lhe pertence; sobre tudo do seminário de meninas, que muito convém passem a ser boas mães de família com algum dote (SÃO PAULO [Estado]: 1836, s/p.).

A Roda dos Expostos serviria para o acolhimento dos recém-nascidos e, após os primeiros cuidados, registro e batismo, seriam despachados para uma ama-de-leite cuidar do seu aleitamento, recebendo um pequeno estipêndio da Câmara Municipal. “Recebiam as de leite, 3\$000 e as secas 2\$000, em 1854. Foram aumentadas [...] para 5\$000 e 4\$000, em 1863” (MESGRAVIS, 1976, p. 183), durante esse período de amamentação e os primeiros anos de vida da criança, os índices de mortalidade infantil eram altíssimos e as razões para isso são as mais diversas: insalubridade nas instalações do Hospital da Santa Casa, falta de higiene no aleitamento dos recém-nascidos e epidemias que vitimavam as crianças. “Desde a instalação da Roda da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo, no ano de 1825 até 1831, haviam entrado 109 crianças das quais sessenta tinham morrido” (RAGO, 1986, p. 125). As crianças que sobreviviam aos difíceis anos da primeira infância, ao completarem sete anos poderiam permanecer com suas amas, eram acolhidas por alguma família como criança exposta ou eram internadas nos seminários. No caso dos meninos, eles seriam mandados para o Seminário de Santana, localizado numa fazenda no distante bairro de Santana, na capital paulista (Imagem – 1).



Imagem – 1: Autor desconhecido – Fotografia da sede da Fazenda Santana de 1915, onde funcionou entre os anos de 1825 e 1868 o Seminário de Santana. Fonte: UOL Foto Blog: Saudade de Sampa. www.saudadesampa.nafoto.net/photo20061103022935.html (Acesso: 16/03/2012).

O Seminário de Santana foi a principal instituição de acolhimento educacional de meninos abandonados na cidade de São Paulo no século XIX. Funcionou na Fazenda Santana de 1825 até 1868 quando foi extinto e reativado como Instituto dos Educandos Artífices em 1874. Nesses quarenta e três anos, essa instituição colaborou para diminuição dos índices de indigência infantil, ministrando educação para os mais desafortunados. Nos próximos tópicos serão analisadas a vida cotidiana desses internos, a estrutura precária da instituição, sua formação educacional e sua integração ao mundo do trabalho.

A matrícula dos educandos e o difícil cotidiano dentro do Seminário de Santana

Apenas uma minoria das crianças enjeitadas sobrevivia aos duros anos da primeira infância. “Grande parte morria na primeira idade, algumas poucas eram recuperadas pelos parentes, outras continuavam em casa de amas e, de muitas delas, nunca mais se teve notícias” (MARCÍLIO, 1998, p. 277). Uma parte dessas crianças retornava para a Casa da Roda e eram transferidas e internadas nos Seminários. O Seminário de Santana foi inaugurado junto com a Roda dos Expostos em 1825 e era o destino dos meninos expostos acima de 07 anos de idade em que as autoridades jurídicas, nesse caso os Juizes de Órfãos, consideravam esses menores aptos ao aprendizado de um ofício. “A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato” (ARIÈS, 1981, p. 196). Essa instituição acolhia em regime de internato os meninos na indigência ou abandonados através de ofícios ou requerimentos. Em 1825, o padre Antonio José do Reis pedia a internação de um menino de cinco anos de idade criado por um sitiante:

Ilmo.exmo. Senhor. A graça e a paz de Deus seja com V. Ex.^a.
O menino do qual fallei a V. Ex.^a. pedindo lhe que por esmolla o manda-lhe recolher para o Seminário de Sant Anna, chama-se Pedro e tem a idade de cinco annos e pouco maiz de hum mez, esta em caza de Pedro Jose Siqueira, [...], assistindo-lhe para espaço de três annos com alguma couza para a

criação do dito menino, [...] o homem que tem o menino, mora em hum sitio num lugar denominado Caguaju, mas agora tem estado na cidade negociando na rua das Cazinhas. Deus guarde V. Ex.^a. por muitos annos. Beija a mão de V. Ex.^a por tantos beneficios.

Pe. Antonio José do Reis (SÃO PAULO, 1825, s/p).

As crianças enjeitadas na Roda dos Expostos eram também imediatamente acolhidas no Seminário de Santana. Segundo o officio do Mordomo dos Expostos em 1845:

Informe ao Sr. Director do Semminario de Educandos, Palácio do Governo de São Paulo 24 de Dezembro de 1845. Ilmo. Exmo. Sr. Joaquim Antonio Fernandes, Mordomo dos Expostos da Santa Caza de Misericórdia d'esta cidade, que a seo cargo achão-se doiz expostos de nome Ilario José e Claro José, ambos brancos e com idade de sete annos, que elles para poderem receber a educação necessária se faz primeiro que sejam admitidos no Semminario de Educandos desta cidade (SÃO PAULO, 1845, s/p).

Mas os internos do Seminário não eram constituídos apenas de crianças enjeitadas e indigentes; muitas famílias pobres, às vezes de mulheres viúvas e sem condições de criar seus filhos, viam no internamento à possibilidade de uma educação condizente à sua prole. Segundo esse requerimento de Maria Jacinta datado de 04 de janeiro de 1850:

Informo ao Director do Seminario,
Palácio do Governo, 04 de Janeiro de 1850.

Diz Maria Jacinta viúva de Antônio José de Souza que ella suplicante tem hum filho de menor idade de nome Pedro, na qual se acha na companhia da suplicante, ora ao Exmo. Sr. a suplicante e uma pobre mãe, e que deseja dar huma educação decente a seo filho, afim de que para o futuro ser útil a ti e (ilegível) a sociedade, e como existe nesta cidade um estabelecimento de educação / Seminario de Santana / que a suplicante roga a V. Ex.^a. se digne de o admitir, afim de alli o filho da suplicante receber os princípios de huma educação e desta arte tornar-se um membro util a sociedade. Ao Exmo. Sr. já não duvido, que as suas supplicas será por V. Ex.^a. attendida, mesmo porque, consta-se que sendo V. Ex.^a. tão amante da instrução publica, concorrera para que huma pobre mãe veja amparado seo pobre filho, e que se torne ainda do amparo e seja bom filho e bom cidadão. Maria Jacinta (SÃO PAULO, 1850, s/p).

A capacidade do Seminário ficou limitada em 20 vagas, não havendo a possibilidade de ampliação devido à precariedade de recursos. Muitos pedidos de internamento foram recusados, como nesse officio de Joaquina Maria de Nogueira de 02 de outubro de 1842:

Em consequência do despacho de V. Ex.^a. datado de vinte e oito de Setembro, em que ordena no informe o requerimento de Joaquina Maria Nogueira, no qual pede a V. Ex.^a. determine o recebimento de hum filho da supplicante neste Seminário na primeira vaga que surgir, attento ao seu estado de indigência. Tenho a informar a V. Ex.^a. que presentemente neste Seminário não ha vaga alguma, visto se achar o numero de vinte e hum meninos que parece ser o numero completo. He o que tenho a informar a V. Ex.^a que mandara nisso julgar justo. Seminário de Sant'Anna, 02 de outubro de 1842

Ilmo. Exmo. Sr. José Carlos de Almeida Torres – Presidente desta Provincia
José Bonifácio de Toledo – Director. (SÃO PAULO, 1842, s/p)

Enquanto que a demanda pelas vagas aos novos internos crescia com o aumento da indigência e do abandono de crianças, a estrutura do Seminário de Santana permanecia exígua, acanhada e pouco convidativa ao internamento, contrariamente a situação do Recolhimento Feminino denominado Seminário da Glória, localizado no centro da cidade, recebendo maiores atenções e incentivos das autoridades religiosas e políticas, pois protegiam a honra e o recato das meninas. “O destino dos meninos era mais problemático. Como eles não eram alvo das mesmas preocupações, como no caso das meninas, raras foram as instituições criadas para protegê-los, antes de meados do século XIX.” (MARCÍLIO, 1998, p. 178). No ano de 1828, o governo provincial elaborou a Lei dos Municípios que isentava de financiar a manutenção as obras de caridade, passando essa responsabilidade financeira para as Misericórdias. Segundo Maria Luiza Marcílio:

Com a chamada Lei dos Municípios, de 1828, essas obrigações das Câmaras Municipais foram reformuladas, abrindo-se uma brecha para que elas se livrassem de tão difícil obrigação. Pela nova lei, em todo lugar onde houvesse Santas Casas, as Câmaras poderiam repassar a estas, oficialmente, seu dever de cuidar dos expostos. Diante das dramáticas e constantes penúrias materiais das Rodas de Expostos e da relutância das municipalidades em auxiliá-las, as Assembleias Provinciais acabaram por subsidiar as Misericórdias nessa função (MARCÍLIO, 1998, p. 135).

Destituídos dos recursos vindos do erário do governo provincial desde 1828, o Seminário de Santana contava apenas com ajuda financeira oriunda da Santa Casa de Misericórdia. “Uma parte de sua receita provém de certos impostos aduaneiros, outra das loterias e o restante de donativos e aluguéis de propriedades legadas ao patrimônio da instituição” (KIDDER, 2001, p. 78). Esses recursos da caridade eram insuficientes para a manutenção dos Seminários. “O encargo com os expostos era uma tarefa pesada, custosa e difícil para as Santas Casas” (MARCÍLIO, 1999, p. 67). A instituição ficava na dependência dos alunos pensionistas, mas esses sempre atrasavam o pagamento das mensalidades. Por exemplo, nesse ofício do Regente Luis do Coração de Jesus de 11 de Outubro de 1830 pedindo providências ao governo quanto às mensalidades atrasadas:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex^a. que tendo saído há tempo alguns meninos pensionistas, seus pais ou pessoas encarregadas de assistir-lhes, não o tem procurado para fazer o presente, não obstante as diligências que para isso tenho feito. Vejo-me para tanto na precisão de recorrer a V. Ex^a. a fim de providenciar de alguma forma, atendendo as urgentes necessidades do mesmo Seminário (SÃO PAULO, 1830, s/p).

Os problemas estruturais do Seminário eram evidentes, tanto que se formou uma comissão do governo provincial que visitaram e inspecionaram esse estabelecimento em 1834 e apontaram no relatório as principais precariedades materiais, estruturais e humanas:

Resta-nos o Seminario de S. Anna. Aqui encontramos onze meninos governados por um homem, que nos pareceo muito improprio para tal fim. Podera contar vinte e cinco annos, quando muito, e não e esta a idade propria para dirigir meninos de dez e doze annos. Alem d'isto, esse mesmo homem serve de Mestre de 1^a Lettras: alguns erros de Orthographia que lhe ouvimos [...] ficarão suppor pouco apto para o Magisterio: somos porem obrigados a dizer que em geral os meninos escrevem bem. Notamos tambem que um homem so não pode

reger bem tal estabelecimento. A mais pequena molestia que tenha, a mais pequena sahida que dalli faça deixa os meninos inteiramente abandonados. [...]. Não ha n'esta casa um sacerdote que celebre os Officios Divinos: esta falta nos parece de mesma importancia em uma Casa de Educação. A Igreja mais próxima e a da Luz a mais de meia legua. Os vestidos dos meninos não nos agradarão, e ainda menos as camas que muitas estão a cahir, em outras os colchões e mais as roupas estão inteiramente rôtos. Reparamos que algumas camas não estavam feitas: isto e descuido do Superior. Tambem não existe alli um cirurgião da casa, isto pode sujeitar nos meninos alguns inconvenientes: havendo na cidade algum cirurgião militar poderia-se incumbir a algum d'elles acudir as necessidades desse estabelecimento (SÃO PAULO, 1834, s/p).

Segundo o relatório da comissão, o Seminário de Santana tinha vários problemas que causavam inconvenientes aos alunos internados, um dos fatores apontados foi o vestuário, os lençóis de cama e os colchões dos dormitórios que estavam em estado deplorável. “Os panos de algodão também serviam para a confecção de lençóis para as camas, cujos colchões eram recheados por capins. [...] espécie de saco cheio de palha, lã ou pena onde se estendem [estendiam] os lençóis de cama” (INOUE, 2006, p. 57 – 58). Segundo Maria Luiza Marcílio sobre o estado andrajoso das crianças internadas no Seminario de Santana:

O vestuário dos pequenos (...) era precário, geralmente reduzido a uma muda de roupa por ano na maioria dos casos, em fragalhos e imundas. Constantemente as voltas com a falta de recursos, a Misericórdia nem sempre pode comprar roupas minimamente necessárias para as crianças. Meninas e meninos pequenos perambulavam pela instituição muitas vezes nus, ou com sumaríssimas peças de roupas sobre o corpo (MARCÍLIO, 1998, p. 285).

Os responsáveis pelo Seminário estavam cientes das precariedades do estabelecimento, foram inúmeros os ofícios enviados ao governo pedindo recursos para a instituição. Segundo esse ofício de 1833, o diretor pede auxílio sobre as roupas dos internos:

Como se acha bastante rôtas as roupas que por ultimo se forneceo aos Educandos Orfãos deste Seminario, e sendo por isso indispensavel o prestar-se-lhes outros fatos, portanto julgo de meu dever levar ao conhecimento de V. Ex^a a fim de que de as providencias que para isso conveniente julgar. Deus Guarde V. Ex^a por muitos annos.

Seminario de Sant Anna 7 de Agosto de 1833.

Ilmo. Exmo. Sr. Rafael Tobias de Aguiar – Presidente da Provincia.

Luiz do Coração de Jesus – Director (SÃO PAULO, 1833, s/p).

As acomodações internas do Seminário de Santana eram insuficientes e desconfortáveis para os internos, funcionários e escravos, convivendo em um espaço exíguo. “Em setembro de 1828 o Seminário de Santana acolheu 18 meninos pobres, dois irmãos zeladores, dois escravos, um servente, 06 meninos pensionistas e o Mestre, sendo, portanto, 30 pessoas que comem e vestem e calçam a custa da Casa” (INOUE, 2006, p.53). Os quartos eram pequenos, sem iluminação e mal ventilados, normalmente amontoavam-se várias crianças num mesmo cômodo. “Pode-se imaginar a tortura que era para essas crianças (já debilitadas e muitas delas adoentadas), viver enclausuradas, em quartos pequenos, mal ventilados e malcheirosos” (MARCÍLIO, 1998, p. 280),

além das deficiências estruturais, a carestia também atingia as áreas da higiene e alimentação das crianças internadas. “As péssimas – trágicas mesmo – condições da maioria dessas instituições em nada facilitavam a higiene do corpo e o desenvolvimento da inteligência.” (MARCÍLIO, 1998, p. 287), sobre a higiene dos internos, devido aos pouquíssimos recursos da instituição, havia um grande desleixo com relação à higiene diária das crianças. “Aliás, gastava-se pouco com a compra de sabão e gastos com produtos de higiene eram escassos: só em dezembro de 1828 o Seminário comprou pentes finos” (INOUE, 2006, p. 62), a ausência de água encanada, utilizando-se de banheiras também favoreceu essa situação de falta de higiene. Maria Luiza Marcílio descreve a precariedade higiênica do Seminário de Santana:

A higiene pessoal dos meninos, [...], não melhorou muito, [...]. No dia-a-dia, as crianças viviam sujas, malcheirosas e maltrapilhas. Nos internatos de expostos, [...], como havia falta de água encanada, as crianças tinham pouca água para seu banho, [...], eram feitos em tanques ou, [...], em banheiras. Apesar das recomendações dos higienistas, os banhos das crianças não eram diários (MARCÍLIO, 1998, p. 284).

A alimentação dos internos era igualmente deficiente, havendo pouca variedade no cardápio, normalmente, os mantimentos se limitavam ao essencialmente básico, em quantidade escassa e sendo necessário economizá-los durante o mês. “Uma das formas usadas para conservar essa carne comprada para todo o mês era mergulhá-la em banha. [...]. Outra forma de conservação de carne de vaca, [...], era salgá-la e deixá-la exposta ao sol” (INOUE, 2006, p. 47 – 48). Segundo Maria Luiza Marcílio:

A alimentação, em geral insuficiente, também era pouco variada, com ausência de frutas, verduras e até de carnes. No refeitório, a comida era mal distribuída: muitas vezes, as últimas crianças ficavam sem receber a sua porção de carne. Por isso, boa parte dessas crianças era anêmica e apática, [...]. E, com certeza, elas deveriam ter estatura e peso que não correspondiam a sua idade (MARCÍLIO, 1998, p. 284).

Cristina Inoue descreve a pobreza nutritiva na alimentação dessas crianças:

A mistura de feijão com farinha era [...] consumida no almoço, momento das refeições mais simples ou “mais frugal”. A essa combinação poderiam acrescentar carne de porco e linguiça: O trivial do almoço serra-acima [...]. No entanto, essa prática não era comum no cardápio do Seminário porque a compra de carnes de porco acontecia raramente, a não ser que criassem porcos no Seminário (INOUE, 2006, p. 40 – 41).

A deficiência na alimentação das crianças internadas também era citada nos ofícios dos diretores do Seminário para o governo. Segundo esse ofício de 1844, o diretor da instituição pede ao governo aumentar a cota de biscoitos para o almoço das crianças:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex^a que aos Educandos d’este Seminario se lhes adota para o almoço dez reis de biscoito de milho, quatro biscoitos, para o café, acho Exmo. Sr. essa razão alias pequena,

consequentemente digne-se V. Ex^a mandar que se lhes abone hum vintém desse biscoito para o almoço de cada um. Deus guarde a V. Ex^a por muitos annos. Seminario dos Educandos em Sant'Anna, 29 de Abril de 1844 Ilmo. Exmo. Sr. Joaquim José de Moraes e Abreu
Vice Presidente d'esta Provincia.
Candido Caetano Moreira – Director (SÃO PAULO, 1844, s/p).

Diante de uma alimentação deficitária e de pouquíssimas condições de higiene, era evidente que os índices de enfermidade e de mortalidade infantil fossem altos dentro do Seminário. Eram cotidianos os relatos de internamento de educandos no Hospital da Caridade. “Achando-se enfermo, o educando de nome João Marcos, rogo a V. Ex^a. se digne mandar que o mesmo seja recolhido ao Hospital para ser curado. Seminário da Glória, 31 de janeiro de 1839. [...] Miguel Antonio de Godoi” (SÃO PAULO, 1839, s/p). Segundo Maria Luiza Marcilio (1998, p.287), os índices de mortalidade eram altos, as doenças minavam a capacidade de aprendizado dos alunos:

Não era por outra razão que as mortes por sarnas, diarreias, verminoses, epidemias, etc. Eram tão frequentes nesses estabelecimentos. As crianças que, apesar de tudo, conseguiram “vingar” e chegar a idade adulta eram anêmicas, raquíticas, franzinas, de frágil constituição e saúde. E a disposição e a capacidade para o aprendizado e para o trabalho eram reduzidas.

Eram nessas condições precaríssimas que as crianças internadas viviam no Seminário de Santana. Na sequência serão descritos os métodos educacionais para as crianças internadas priorizando o ensino primário e sua entrada no mundo do trabalho.

A educação pela inserção precoce ao mundo do trabalho e os aprendizes do Arsenal da Marinha

Se as condições materiais e estruturais sobre a higiene e alimentação das crianças internadas no Seminário de Santana eram precárias, o mesmo pode-se dizer da metodologia educacional da instituição. O espaço e a estrutura das salas de aulas eram acanhados e pouco confortáveis. Além disso, com o aumento da demanda de meninos dando entrada no Seminário, em poucos anos esse espaço ficou inadequado para o exercício do magistério. Neste ofício de 11 de Junho de 1829, o diretor Manoel Francisco de Andrade mencionava sobre a necessidade de aumentar o espaço das salas de aula:

Em virtude do officio que tive do mestre deste Seminario de Sant'Anna em que pede o augmento da sala, visto que tem augmentado numero dos meninos, aonde da Caza existem dezeseite e dos vizinhos segundo a ordem estabelecida de receberem aqueles que tão somente se aproveitarem da lição existe nove; na sala presente tem quatro bancos, o mestre requer seis, na sala onde esta não admite mais hum. Hé preciso para outra, lançar sua parede abaixo, havendo proposição com que se faça essa obra que esta orçada em mais de seiscentos mil réis. Hé justo que se faça, a Caza por si não pode com a despeza, alias, esta se remedeando como podes. V. Ex^a mandara o que for servido. 11 de junho de 1829.
Manoel Francisco de Andrade – Director (SÃO PAULO, 1829, s/p).

Além da precariedade estrutural, mestre e seus alunos conviviam também com

a carência de materiais didáticos para ministração das aulas, devidos aos limitados recursos da instituição. “Na época, as escolas eram representadas como: casas sem luz, meninos sem livros, livros sem métodos, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias” (RIZZINI, 2008, p. 144). Cotidianamente eram expedidos ofícios para pedir ao governo materiais didáticos utilizados nas aulas. “Precizo para a Escola d’este Seminário huma duzia de massos de lapis de pedra, cincoenta canetas, huma collecção d’Exemplares, duas libras d’esponjas, e hum cento de perções. João Francisco dos Santos – Professor” (SÃO PAULO, 1829, s/p). O ensino ministrado para os menino no Seminário era o mais primário e rudimentar possível. “Aos menores, a instrução mínima que permitisse domesticá-los para o uso de sua força de trabalho” (RIZZINI, 2008, p. 145). Fundamentava-se principalmente na alfabetização e no aprendizado de matérias essencialmente básicas. “O Monitor, [...], auxiliava o Professor João Francisco dos Santos no dever de ensinar seus alunos a ler, escrever, as quatro operações [...], a gramática da língua nacional, [...] e no ensino [...] da Constituição do Império e História do Brasil” (INOUE, 2006, p. 74). Como se tratava de um estabelecimento mantido pela Igreja Católica, os ensinamentos religiosos era uma parte importante do currículo escolar do Seminário. “Além da leitura e da escrita, também fez parte do ensino do Seminário os princípios da moral cristã e da religião católica. [...]. Mas certamente as aulas de Doutrina Cristã foram prejudicadas pela falta de Capelão desde o início do ano de 1828” (INOUE, 2006, p. 77). Por fim, também tinha a falta de material humano, havia apenas um mestre para cuidar de vinte crianças e na sua ausência, o regente do Seminário ou um monitor escolhido pelo mestre assumiam e ministravam as aulas. “Enquanto a sua falta [do Professor] não há de ser tão sensível a respeito da educação dos seminaristas, visto que o Regente pode fiscalizar aula e fazê-la manobrar pelo Monitor atual, que presentemente se acha instruído” (SÃO PAULO, 1829, s/p). Assim configurava-se o quadro deprimente do ensino no Seminário, obviamente que diante de tal desorganização e carestia, atos de insubordinação e indisciplina dos alunos eram corriqueiros, mesmo neles sendo aplicados castigos físicos. “Inflingiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas” (ARIÈS, 1981, p. 197). Segundo este ofício de 1829, o diretor do Seminário comenta sobre o comportamento inadequado de dois educandos:

Em virtude do offício que tive do Mestre deste Seminário de Santana no qual me faz ver que os dois educandos pensionistas filhos do falecido Luiz Gonzaga são perniciosos ao Seminário por dois princípios: primeiro que há dois anos que estão aprendendo, e nada tem aproveitado pela sua incapacidade, segundo são viciosos principalmente um deles apesar de terem sido castigados; a mãe tem se queixado do pouco adiantamento deles, sem querer conhecer sua rudez e que paga os filhos para aprenderem. Portanto, sou de parecer que se entregue os dois meninos a sua Mãe visto que o Mestre diz que apesar de sua diligência não há esperança de se adiantarem e de alguma forma desacredita a Casa, mas apesar do exposto V. Ex^a mandara o que for resolvido.

Hoje, 22 de janeiro de 1829.

Ilmo. Exmo. Sr. Presidente da Província. Manuel Francisco de Andrade – Director (SÃO PAULO, 1829, s/p).

Apesar de suas deficiências, esse ensino primário ministrado no Seminário de Santana era apenas a fase inicial da educação dos internos. Após algum tempo na escola, essas crianças eram transferidas para iniciarem uma nova fase de seu aprendizado pela

sua inserção ao mundo do trabalho na função de aprendizes. “No caso dos meninos, [...] havia a possibilidade de serem encaminhados para a aprendizagem de um ofício em casa de algum mestre artesão, que usufruía dos serviços da criança, enquanto lhe ensinava as bases de seu artesanato” (MARCÍLIO, 1998, p. 280). Na explicação de Maria Luiza Marcílio:

Antes de ser criado o ensino profissionalizante nas instituições de abrigo ao menor abandonado, este era, por vezes, enviado a aprender um ofício ou profissão em casas de mestres artesãos. Em troca de casa, comida, vestuário e do treinamento no ofício do seu benfeitor, o pequeno exposto, antes de completar doze anos, tornava-se um aprendiz. E, como aprendiz, nada ganhava (MARCÍLIO, 1998, p. 289).

O despacho dessas crianças para as casas e oficinas artesanais era no intuito de fazer aprenderem um ofício útil para a sociedade. “*Explorava-se o trabalho infantil sem nenhum constrangimento, de acordo com a melhor consciência burguesa de estar ajudando a criança desamparada*” (MARCÍLIO, 1998, p. 293). Havia inúmeros requerimentos pedindo crianças expostas do Seminário para serem aprendizes em oficinas da capital paulista. “Essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais” (ARLÈS, 1981, p. 157). Conforme o requerimento de Antônio Marianno de 29 de Setembro de 1841:

Diz Antônio Marianno, mestre alfaiate e morador nesta cidade, que entrou Antônio Francisco da Silva, no Seminário dos Educandos de Santa Anna, [...], e como o Supplicante foi quem lhe deu os princípios d’educação, e o criou até elle entrar no dito Seminário, desejava agora mandar-lhe ensinar um officio ao qual elle se inclinou, portanto requer a V. Ex^a a permissão de mandar para a caza do Supplicante, o dito educando afim de poder dar lugar a um que outro que se ache em circunstancias d’entrar no mencionado estabelecimento, e como o supplicante se acha licito o que requiere. Pede a V. Ex^a confirmar e deferir na forma requerida (SÃO PAULO, 1841, s/p).

As transferências dos aprendizes eram realizadas através de contratos de soldada. “O termo soldada; [...] vem da palavra soldo. Tem o mesmo significado de “paga” ou salário devido na locação de serviços. [...], os assoldados eram “criados de servir, [...], que se alugarem para serviços domésticos, [...]” (AZEVEDO, 1995, p. 48). Esses documentos eram expedidos pelo Juizado de Órfãos com o aval do Mordomo da Santa Casa de Misericórdia. Eram esses profissionais responsáveis pelo destino dos expostos, porém, devido à demanda de pedido de aprendizes e para se desvencilhar rapidamente das crianças expostas, não havia um critério muito rígido para a locação desses meninos. “No entanto, juizes de órfãos e mordomos dos Expostos não foram tão cuidadosos no encaminhamento das crianças” (MARCÍLIO, 1998, p. 289). Sendo assim, a maioria dos contratantes dos serviços das crianças não estava comprometida com o aprendizado deles, mas sim em explorar sua força de trabalho. “A única exigência a favor delas, feita pelo código, era a de que o locatário se obrigava a alimentá-los, vesti-los e tratá-los nas enfermidades” (AZEVEDO, 1995, p. 51 – 52). Elas nada recebiam pelo seu trabalho além de casa e comida, até o término do período de aprendizagem. “Afinal, tal quais os cativos, os enjeitados trabalhavam em troca de um prato de comida e de um abrigo para dormir

à noite” (VENÂNCIO, 1999, p. 143). Segundo o historiador Phillippe Áries, analisando as condições da infância francesa, havia um forte vínculo entre a vida doméstica e a vida profissional. Tal situação também pode ser observada na cidade de São Paulo:

Assim, o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação. A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia [...] limites entre a profissão e a vida particular; a participação na vida profissional [...] acarretava a participação na vida privada, com a qual se confundia aquela. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, [...], a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir (ARIÈS, 1981, p. 156).

Na segunda metade do século XIX houve o início da industrialização na capital paulista com o surgimento das primeiras fábricas e oficinas que necessitavam de mão-de-obra, especialmente de menores abandonados ou internados nos Seminários, aumentando os pedidos de aprendizes no Juizado de Órfãos e modificando as relações entre mestres e aprendizes (Imagem – 2). “Também passaram a ser solicitados expostos das Rodas para oficinas [...] e pequenas fábricas que foram surgindo. Esse sistema funcionava como uma troca de benefícios para os patrões, que tinham mão-de-obra dócil e gratuita” (MARCÍLIO, 1998, p. 290). Segundo esse requerimento de 1849, o diretor da Fábrica São João Ypanema necessitava de doze meninos do Seminário para trabalharem como aprendizes:

Acusando a recepção da Portaria de 12 do corrente, a V. Ex^a me consulta sobre o numero de aprendizes da Caza dos expostos admissivel n’esta fabrica cumpre-me declarar que pode-se por ora admittir ate doze, contanto que a idade não exceda os doze annos, e que sejam sadios, por que só assim poderão em breve tempo adquirir conhecimentos que paguem as despesas e (ilegível) que se vae ter com elles, tornando-se úteis a si e a sociedade, e agradeço a V. Ex^a a ocasião que me da de poder concorrer com a minha pequena força para tão satisfatório fim.

Deus guarde a V. Ex^a

Fabrica de São João Ypanema, 17 de Agosto de 1843.

Antonio Manoel de Mello - Diretor da Fabrica (SÃO PAULO, 1843, s/p).

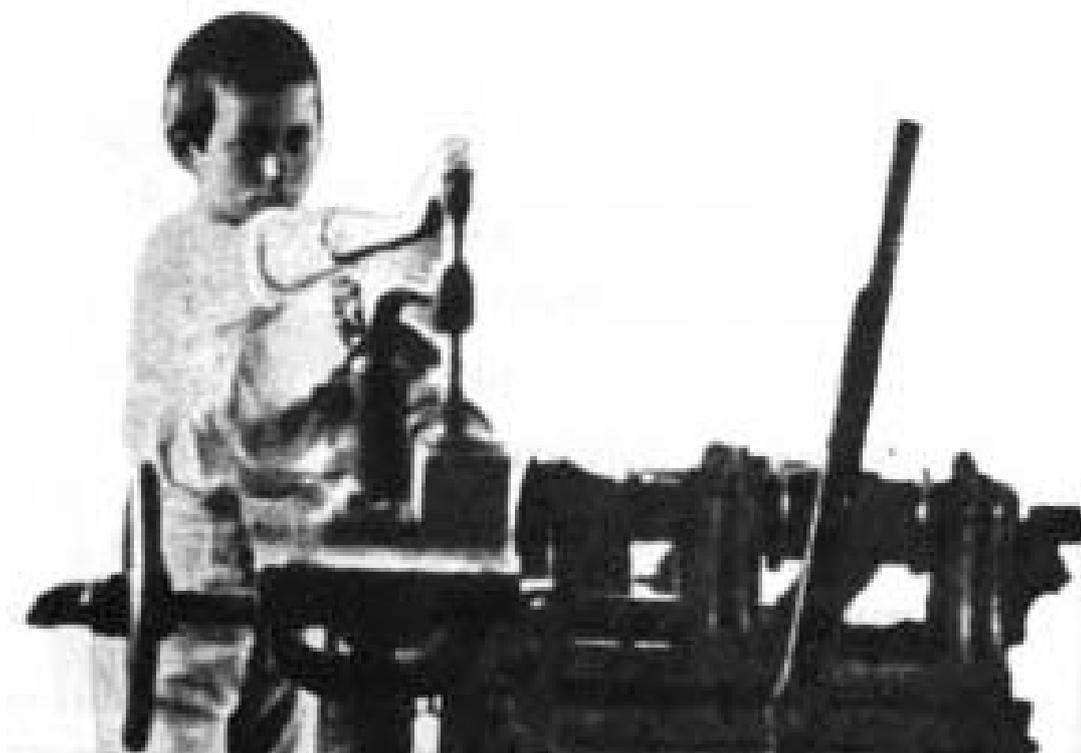


Imagem – 2: Criança aprendiz manuseando uma máquina numa fábrica no final do séc. XIX. Fonte: MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro. *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*. In: DEL PRIORE, Mary. *Historia das crianças no Brasil*. São Paulo. Contexto, 1999, p. 267

Após os anos de 1850, e especialmente durante o conflito da Guerra do Paraguai (1865 – 1870) houve um aumento considerável no recrutamento de meninos e jovens para atuarem como aprendizes no Arsenal da Marinha. “As Companhias de Aprendizes de Marinheiros, por exemplo, forneceram, entre 1840 e 1888, 8.586 menores aptos para os serviços nos navios de guerra, contra 6.271 homens recrutados à força e 460 voluntários” (RIZZINI, 2004, p.25), essa necessidade de reincorporar os quadros de aprendizes da Armada foi uma alternativa conveniente para dar uma colocação às crianças expostas, aos “delinquentes” e às “crianças incorrigíveis”. “[...] esse recrutamento incidia sobre três grupos: os enjeitados na casa dos expostos, os enviados pela polícia e os “voluntários” matriculados pelos pais e tutores” (VENÂNCIO, 1998, p. 199). Com a intensificação do conflito armado, o governo imperial aumentou a rigidez, houve um recrudescimento na política do recrutamento dos “Voluntários da Pátria” para lutarem na guerra. “A nova norma de recrutamento era uma lei terrível, [...]. A situação que então se inaugura é a do recrutamento forçado, [...]. As diversas instituições destinadas a meninos maiores de sete anos, [...], passam a ser alvo de um assédio sem tréguas.” (VENÂNCIO, 1998, p. 203). Os primeiros a serem recrutados eram os “delinquentes” encontrados pelas ruas ou presos pela polícia por atos criminosos. Segundo ofício expedido pela Delegacia de Polícia da cidade de São Paulo em 27 de Março de 1864:

Delegacia de Polícia São Paulo, 27 de Março de 1864.

Communico a V. Ex^a que se acha recolhido ao quartel do corpo fixo o menor Benedicto, para assim ser recrutado para o serviço na Marinha. Este menino foi [ilegível] do juízo de Orphãos, que em consequencia da requisição de seus Mestres, foi recolhido a casa de correcção, onde permaneceu por dois annos mais ou menos, e depois dado de soldada a Celestino Baruel em cuja

*casa, assim como na Casa de Correção nunca quis fazer o aprendizado de um officio, dizendo mesmo que não queria mais ser soldada, e como tem robustez e guiso altivo, e o Dr. Juiz de Orphãos approvar a minha Deliberação, o recruta apresentado a V. Ex^a para o serviço da Marinha.
Ilmo Exmo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello.
Presidente da Província (SÃO PAULO, 1864, s/p).*

Os expostos das casas de correção e dos seminários também foram alvos do assédio do recrutamento forçado. “Paralelamente a ação policial, o recrutamento forçado contou com outra importante fonte: as oficinas de aprendizes artifices. Tais oficinas existiam nos arsenais e acolhiam meninos e rapazes entre dez e dezessete anos de idade” (VENÂNCIO, 1998, p. 205), aumentaram os ofícios de recrutamento de expostos no Seminário de Santana, o Arsenal da Marinha requeria principalmente os meninos em estado de orfandade. O Juizado de Órfãos da Capital ficava com a responsabilidade do despacho dos orfãos e desvalidos para o Arsenal da Marinha da cidade de Santos, conforme informa ofício do Juiz de Orfão de 17 de Março de 1870:

Juizado de Orphãos da Capital

Ilmo. Exmo. Sr.

Accusando a recepção do officio de V.Ex. datado do 9 do corrente mês, em que me recommenda as necessarias providencias para a remessa de orphãos e desvalidos de que trata o Art. 10 § 2º da Lei n. 1.517 de 4 de Janeiro de 1855, a Capitania do Porto de Santos, afim de se alistarem na companhia de aprendizes marinheiros daquela cidade; somente a dizer a V.Ex. que ficando de tudo entendido, possa dar aquellas providencias.

Deus guarde a V.Ex. São Paulo, 17 de Março de 1870.

Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Antonio Candido da Rocha.

Dignissimo Presidente da Província (SÃO PAULO, 1870, s/p).

O cotidiano das crianças dentro da Escola de Aprendizes era severo. Diariamente os exercícios físicos faziam parte do currículo da instituição. A maioria dos educandos do Seminário de Santana seria despachada para o Arsenal da Marinha na cidade de Santos (Imagem – 3). A disciplina militar nessa instituição era ainda mais dura que no Seminário, ambiente considerado ideal para formação do caráter de crianças rebeldes e desobedientes era a política educacional de regeneração dos “delinquentes”. “Havia a Companhia de Aprendizes de Marinheiros, de onde, (...), eram encaminhados os meninos mais rebeldes, pois ali não se titubeava em usar os métodos violentos para “corrigir” os menores difíceis.” (MARCÍLIO, 1998, p. 280 – 281). Muitos pais, especialmente os negros e mestiços libertos viam no internamento de seus filhos no Arsenal da Marinha uma oportunidade de ascensão social. “Não seria exagero afirmar que, no século XIX, a referida instituição, foi uma das raras opções de ascensão social para os filhos de forros ou de negros livres” (VENÂNCIO, 1998, p. 200). Segundo a argumentação do historiador Renato Pinto Venâncio:

Como se vê, os pais e tutores atenderam prontamente ao chamado dos administradores dos arsenais. Um olhar anacrônico e moralista veria nesse gesto uma demonstração de avidez mercantil e de falta de amor paterno; a análise da documentação revela, porém, que o envio da criança à Marinha podia significar uma atitude de preocupação e desvelo familiar, pois a referida instituição consistia em uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional destinada à infância pobre (VENÂNCIO, 1998, p. 200).

Mesmo com o final do conflito armado, a política de despacho de menores abandonadas e delinquentes para o Arsenal da Marinha não esmoreceu. Por exemplo, conforme ofício de 1885 expedido pelo Juiz de Órfãos autoriza o despacho do menor “delinquente” Francisco Borges para o Arsenal da Marinha em Santos:

São Paulo, Juízo de Orphãos da Capital,
26 de Dezembro de 1885.

Tenho a honra de por a disposição de V. Ex.^a afim de ser incorporado na Companhia de Aprendizes Marinheiros de Santos, o orphão Francisco Borges, de quatorze annos de idade. Exposto da Santa Casa de Misericórdia, a qual acha-se detido na Estação Central de Urbanos, para evitar-se a fuga de que está acostumado. Cumpra-me declarar a V. Ex.^a que se torna urgente esta remessa, neste caso só por caridade do mordomo da Santa Casa, está alimentando o orphão durante a sua estada na Estação Central.

Deus guarde V. Ex.^a

Ilmo.Exmo.Sr. Senador João Alfredo Corrêa de Oliveira
Presidente da Provincia.

Juiz de Orphãos – Claudio Jorge Reis (SÃO PAULO, 1885, s/p).

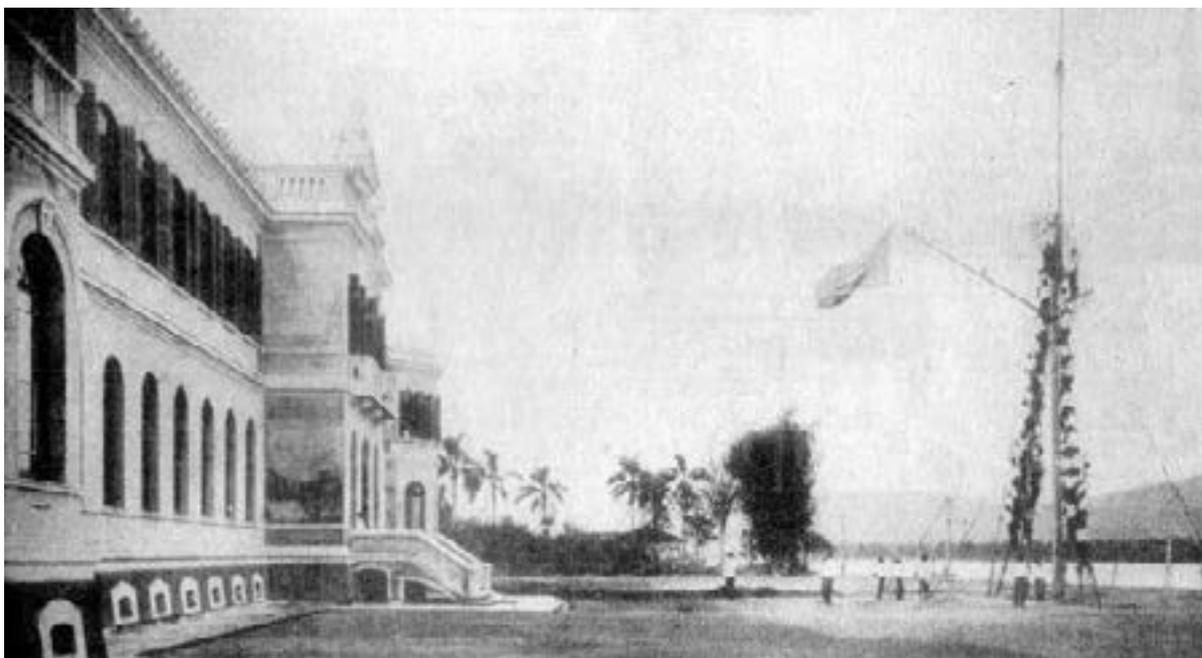


Imagem – 3: Autor desconhecido – Fotografia de 1910 mostra aprendizes de marinheiros executando exercícos físicos ao erguer a bandeira nacional no mastro da Escola de Aprendizes de Marinheiros em Santos – SP. Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos107.htm> (Acesso: 24/03/2012).

Foram na incorporação às Forças Armadas ou na inserção precoce ao mundo do trabalho as principais destinações dos menores internados no Seminário de Santana durante os quarenta e três anos de funcionamento (1825 – 1868). Entretanto, com a intensificação da industrialização, os métodos e a estrutura educacional do Seminário de Santana já não atendiam a demanda crescente e a especialização industrial, a instituição situada na Fazenda Santana foi desativada em 1868. “Art. 58 – Fica o governo igualmente autorizado a extinguir o Seminário de Educandos desta capital, dando destino conveniente aos pensionistas” (SÃO PAULO [Estado], 1868, s/p). Posteriormente, houve uma intensa reformulação estrutural e educacional do Seminário, saindo do seu caráter exclusivamente religioso e se desligando da Igreja Católica, sendo inaugurada uma

nova instituição denominada Instituto de Educandos e Artífices da capital paulista em 01 de Janeiro de 1874. Esse estabelecimento foi estruturado para atender ao aumento da demanda profissional nos anos finais do século XIX. Segundo o primeiro artigo do regulamento estabelecido em 03 de Janeiro de 1874. Essa instituição ministraria uma educação rigidamente militar e voltada para aprendizagem industrial atendendo meninos pobres e desvalidos, criando neles o amor pelo trabalho:

Art. 1º. É creado nesta Capital o Instituto de Educandos Artifice organizados em companhia militar anexa ao corpo policial, mas em quartel distincto e sob diverso commando.

§ 1º Esta instituição tem por fim facilitar aos meninos pobres e desvalidos a sua educação industrial, impedindo assim que por falta della se desviem do amor ao trabalho, e se tornem mãos e prejudiciaes cidadãos.

§ 2º Tambem se receberá meninos, que não estando nas condições de pobreza e desvalimento, puderem pagar uma mensalidade. (SÃO PAULO [Estado], 1874, s/p).

Pode ser observado no regulamento que há uma intrínseca conciliação entre a disciplina militar e a educação para o trabalho. A socióloga Carmem Sylvia Vidigal Moraes descreve as disciplinas e exercícios ministrados no Instituto dos Educandos e Artífices:

O Instituto de Educandos Artífices contava com as seguintes escolas e oficinas: primeiras letras; geometria e mecânica aplicada às artes; noções gerais de aritmética e álgebra; escultura e desenho aplicado às artes; música e instrumentos de corda; ginástica, natação e jogo de armas; alfaiate, sapateiro, marceneiro, serralheiro, correeiro, “e outras mais que o governo achar conveniente, sob proposta do diretor”. Além destas aulas estava previsto, três vezes por semana, o ensino dos exercícios militares. Os exames eram realizados ao final de cada ano, presididos pelo diretor, com a assistência de um comissário do governo e do Inspetor da Instrução Pública. (MORAES, 2000, p. 75)

Portanto, as políticas educacionais do Instituto dos Educandos e Artífices estão amplamente voltadas à formação profissional de trabalhadores contrariamente ao que ocorria durante a gestão da Santa Casa de Misericórdia no Seminário de Santana; que voltavam seus esforços para o ensino primário e religioso e na formação de trabalhadores em ofícios menos valorizados.

Ao finalizar esse artigo acadêmico, através da análise dos ofícios despachados pelo Juizado de Órfãos da Capital; requerimentos emitidos por cidadãos direcionados para o governo e outras autoridades públicas pertencentes ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e de textos legislativos elaborados pelos governos provinciais no século XIX pertencentes ao Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP); foi possível refazer as trajetórias sociais e historiográficas dos meninos internados no Seminário de Santana, desde seu nascimento e inicial luta pela sobrevivência na primeira infância, enfrentando as dificuldades inerentes de uma sociedade que pouco se importava com a infância abandonada. Além disso, esses documentos também permitiram averiguar detalhes da precariedade higiênica, alimentícia, vestuário e principalmente a deficiência da estrutura educacional ministrada para os internos do Seminário, uma educação fundamentada num arcaísmo religioso e que pouco contribuíram para a formação social e profissional desses menores, sendo

encaminhados precocemente ao mundo do trabalho. Por fim, as fontes documentais também permitiram verificar como as crianças internadas no Seminário de Santana também serviram como “Voluntários da Pátria” sendo despachadas pelos juizes de órfãos e seus tutores para a Guerra do Paraguai.

Diante de tais evidências historiográficas, conclui-se que na sociedade do século XIX, não apenas paulista, mas a brasileira, havia uma imensa desvalorização das crianças. Elas não tiveram direito a uma assistência social digna e nem aos mínimos cuidados necessários exigidos pela idade infantil. A sorte dessas infelizes criaturas girava em torno do fatalismo e da indiferença, visto que esses menores foram simplesmente criados de qualquer maneira, como pequenos adultos. Não é pra menos que tanto o Estado Brasileiro como a própria sociedade têm uma enorme dívida histórica e social com a infância abandonada.

Referências documentais (conforme a sequência do texto):

SÃO PAULO [Estado]: Lei Provincial n. 2 de 02 de Fevereiro de 1836 (Regulamentação da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo) Acervo: Banco de Dados da assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). www.al.sp.gov.br/web/acervo2 (Acesso: 25/02/2012)

SÃO PAULO: Carta – 69, Pasta – 03, Documento – 53, Ano – 1825. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012)

SÃO PAULO: Carta – 93, Pasta – 01, Documento – 53 – A, Ano – 1845. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012)

SÃO PAULO: Pasta – 01, Carta – 97, Documento – 6-A, Ordem – 892, Ano – 1850. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012)

SÃO PAULO: Carta – 88, Pasta – 02, Documento – 42, Ordem – 883, Ano – 1842. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012)

SÃO PAULO: Carta – 72, Pasta – 01, Documento – 59, Ordem – 867, Ano – 1830. Acervo: Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012)

SÃO PAULO: Carta – 05, Pasta – 74 – A, Documento - 5, Ordem – 869, Ano – 1834. Acervo: Arquivo Publico do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012)

SÃO PAULO: Carta – 74, Pasta – 03, Documento - 39, Ordem – 869, Ano – 1833. Acervo: Arquivo Publico do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 91, Pasta – 01, Documento – 116, Ordem – 886, Ano – 1844. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 83, Pasta – 01, Documento – 27, Ordem – 878, Ano – 1839. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 71, Pasta – 03, Documento – 31, Ordem – 866, Ano – 1829. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 72, Pasta – 01, Documento – 16, Ordem – 867, Ano – 1829. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 71, Pasta – 03, Documento – 21, Ordem – 866, Ano – 1829. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 71 Pasta – 03 Documento – 90 Ordem – 866, Ano – 1829. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 87, Pasta – 01, Documento – 84-A, Ordem – 882, Ano – 1841. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 88, Pasta – 01, Documento – 18, Ordem – 883, Ano – 1843. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 129, Pasta – 01, Documento – 50, Ordem – 924, Ano – 1864. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Pasta – 10, Documento – 002, Ordem – 941, Ano – 1870. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO: Carta – 139, Pasta – 02, Documento – 061, Ordem – 971, Ano – 1885. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) www.arquivoestado.sp.gov.br (Acesso: 25/02/2012).

SÃO PAULO [Estado]: Lei Provincial n.57 de 18 de Abril de 1868 (Fechamento do Seminário de Santana). Acervo: Banco de Dados da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) www.al.sp.gov.br/web/acervo2 (Acesso: 25/02/2012)

SÃO PAULO [Estado]: Lei Provincial n.52 de 03 de Janeiro de 1874 (Regulamento do Instituto dos Educandos Artífices). Acervo: Banco de Dados da assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). www.al.sp.gov.br/web/acervo2 (Acesso: 25/02/2012)

Referencias Bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flakman. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

AZEVEDO, Gislane Campos. De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871 - 1917). Dissertação (Mestrado

- em História). Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo – SP, 1995. 175 pgs.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. 2ª edição, revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição, revisada. São Paulo: Global, 2003.
- INOUE, Cristina. O Seminário de Santana: o cotidiano da vida e da escola (1825 - 1831). Trabalho de Conclusão de Curso (Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo – SP, 2006, 112 pgs.
- KIDDER, Daniel P. Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo). Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In. FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1999, p. 53-79.
- _____. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MESGRAVIS, Laima. A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599 - 1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas).
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. Revista Brasileira de Educação. n. 15, set./out./nov./dez. p. 70-96. São Paulo, 2000.
- RAGO, Margareth. A preservação da infância. In: _____. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890 – 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 117-162.
- RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 2ª edição revisada. São Paulo: Cortez, 2008.
- RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção Textos do Tempo).
- _____. Os aprendizes de guerra. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998, p. 192-209.